

USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: UMA RESPONSABILIDADE DE TODOS

Por Ricardo Oliva



FUNDAÇÃO PARA O
REMÉDIO POPULAR



No Brasil e em outros países temos observado na comunidade médica, na sociedade e entre os administradores públicos o aumento da preocupação quanto ao uso racional de medicamentos como um dos pilares de políticas públicas de saúde.

Embora os órgãos responsáveis pela administração da saúde priorizem acertadamente a maior disponibilidade do medicamento à população – visto que se trata de instrumento essencial na promoção, proteção e recuperação da saúde – esse esforço pode se transformar em problema, caso não se considere o uso racional como ponto nevrálgico do processo.

É preciso que estejamos conscientes de que as reações adversas (eventos nocivos e não intencionais em decorrência do uso de um medicamento em doses normalmente recomendadas), as intoxicações medicamentosas acidentais (por uso incorreto ou ingestão indevida), as interações medicamentosas (uso de mais de um medicamento simultaneamente) e a ausência de efeito terapêutico (por desvio ou fraude na fabricação, manuseio ou uso de medicamentos) são responsáveis por sérios danos à saúde das pessoas.

Os dados sobre a ocorrência de Reações Adversas a Medicamentos no Brasil ainda são poucos, mas, nos Estados Unidos, um estudo mostrou que, em 1998, elas foram a quarta causa de morte mais frequente naquele país, sendo superada somente pelo infarto do miocárdio, câncer e acidente vascular cerebral.

No Brasil, de acordo com últimos dados do Ministério da Saúde (2004), sabe-se que os medicamentos lideram o ranking de agentes de intoxicação humana, ficando à frente de agrotóxicos, raticidas, metais, alimentos e até mesmo drogas de abuso. Naquele ano foram registrados 23,7 mil casos de intoxicação por medicamentos (28,9%), sendo comum a observância de acidentes, erros na administração, prescrição médica inadequada e automedicação.

A superação deste problema, mediante o uso racional de medicamentos, é da responsabilidade de todos os profissionais de saúde envolvidos na assistência à saúde da população, ou seja:

1) Dos médicos: a quem cabe a adequada prescrição de medicamentos para cada paciente atendido, tendo como base as evidências clínicas mais modernas. Neste particular é importante ressaltar o papel das escolas de medicina que pouco fazem na formação médica no campo da farmacologia clínica.

2) Dos farmacêuticos: a quem cabe papel fundamental na assistência farmacêutica qualificada devendo ser responsável pela avaliação e orientação

individualizada ao paciente tanto no correto aviamento da receita, na dispensação do medicamento e no acompanhamento do tratamento.



FUNDAÇÃO PARA O
REMÉDIO POPULAR

3) Dos dirigentes de serviços públicos ou privados e de órgãos representativos de classe: a quem cabe a definição de estratégias de redução do risco de ocorrência mediante a implantação de protocolos de atendimento e de sistemas de avaliação de indicadores de ocorrência de eventos, tais como o uso correto de antibióticos em serviços hospitalares, da avaliação e punição dos desvios de conduta ética ou da inépcia profissional.

4) Dos órgãos de fiscalização e controle de medicamentos: a quem cabe não somente garantir a qualidade da produção, distribuição e dispensação de medicamentos como também o estabelecimento de sistemas de monitoramento e acompanhamento de ocorrência de todos estes eventos.

5) De todos os cidadãos: no sentido de cobrar dos envolvidos a sua responsabilidade e de participar ativamente no processo de melhoria de sua saúde e de sua qualidade de vida mediante comportamentos saudáveis.

Para que todos exerçam seu papel de forma eficaz, o acesso a informações confiáveis, qualificadas e atualizadas é vital. A educação permanente garante a difusão e aperfeiçoamento do conhecimento, permitindo melhor avaliação do quadro atual e a criação de mecanismos que tornem factível o uso racional.

A permanente busca de mais saúde e melhor qualidade de vida para a população nos obriga a profunda reflexão a respeito dessas questões. Médicos, farmacêuticos, laboratórios, dirigentes, cidadãos, ONGs e o governo em todas as suas esferas devem se unir para encontrar a melhor maneira de disponibilizar informação qualificada e isenta que permita a cada um cumprir com suas responsabilidades dentro de uma política de uso racional de medicamentos.

Médico sanitарista, Ricardo Oliva é superintendente da Fundação para o Remédio Popular - FURP,